



A GLOBAL
TOBACCO
INDUSTRY
WATCHDOG



Promoção da Saúde

Industry
Brief



Brazil



Brasil na mira do lobby global do tabaco: PMI pressiona organismos internacionais para comercialização de tabaco aquecido

May 2026

Principais destaques

- O Brasil aparece como alvo de estratégias internacionais de lobby identificadas no relatório **Behind Closed Doors: How the Tobacco Lobby Influences the European Union and Beyond**, da Contre-Feu e STOP.
- A Philip Morris International buscou internacionalizar o debate regulatório brasileiro após a decisão da Anvisa de manter a proibição dos DEFs.
- Documentos obtidos via Lei de Acesso à Informação revelam que representantes da Philip Morris International discutiram com autoridades do MDIC a possibilidade de instalação de uma fábrica de produtos de tabaco aquecido no Brasil.
- Pelo menos nove reuniões com MDIC envolveram discussões sobre dispositivos eletrônicos para fumar, produtos de tabaco aquecido ou temas regulatórios relacionados.
- A indústria utiliza argumentos ligados à “redução de danos”, geração de empregos, arrecadação tributária, investimentos e comércio internacional para defender mudanças regulatórias.
- O setor ampliou sua articulação junto ao Congresso Nacional, ao Executivo federal e a missões diplomáticas brasileiras durante o período preparatório da COP11 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, em uma estratégia voltada a influenciar a posição da delegação brasileira em favor dos interesses da indústria, em detrimento da saúde pública.

Pressionar a UE para driblar regulamentação dos DEFs no Brasil

O lobby da indústria do tabaco exerce influência global e atinge diretamente o Brasil. Terceiro maior produtor mundial de tabaco e líder global em exportação, o país tornou-se alvo estratégico de articulações que ultrapassam suas fronteiras.

A investigação **Behind Closed Doors: How the Tobacco Lobby Influences the European Union and Beyond**¹, conduzida pela Contre-Feu em parceria com a STOP, revela como a indústria tenta usar a Comissão Europeia como plataforma para pressionar políticas de controle do tabaco em diferentes países, incluindo o Brasil. Segundo o relatório, o setor mantém presença estruturada junto às instituições da União Europeia, mobilizando ao menos 49 organizações e investindo cerca de 14 milhões de euros por ano em atividades de lobby.

Os documentos analisados mostram que medidas de saúde pública vêm sendo enquadradas pela indústria como “barreiras comerciais”. O Brasil aparece nominalmente entre os países-alvo dessas iniciativas. Nesse contexto, a Philip Morris International (PMI) destaca-se como um dos principais atores na tentativa de enfraquecer regulações sanitárias e ampliar as condições para a entrada de produtos cuja comercialização é proibida no país.

Desde a primeira edição do Índice de Interferência da Indústria do Tabaco,² em 2019, o Brasil passou de 34 para 65 pontos em 2025, posicionando-se entre os países com alto nível de interferência da indústria nas políticas públicas. O resultado evidencia a atuação contínua e articulada do setor em diferentes espaços institucionais.

De acordo com documentos trazidos à tona pelo Índice de Interferência da Indústria do Tabaco, no plano interno, as empresas intensificaram a ofensiva para reverter a proibição dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEF). Essa atuação tem sido acompanhada pela sustentação, no debate público, de narrativas centradas na imagem enganosa que a indústria transmite de redução de danos³ e no combate ao mercado ilegal, ao mesmo tempo em que o setor amplia sua articulação junto ao Congresso Nacional e a órgãos do Executivo.

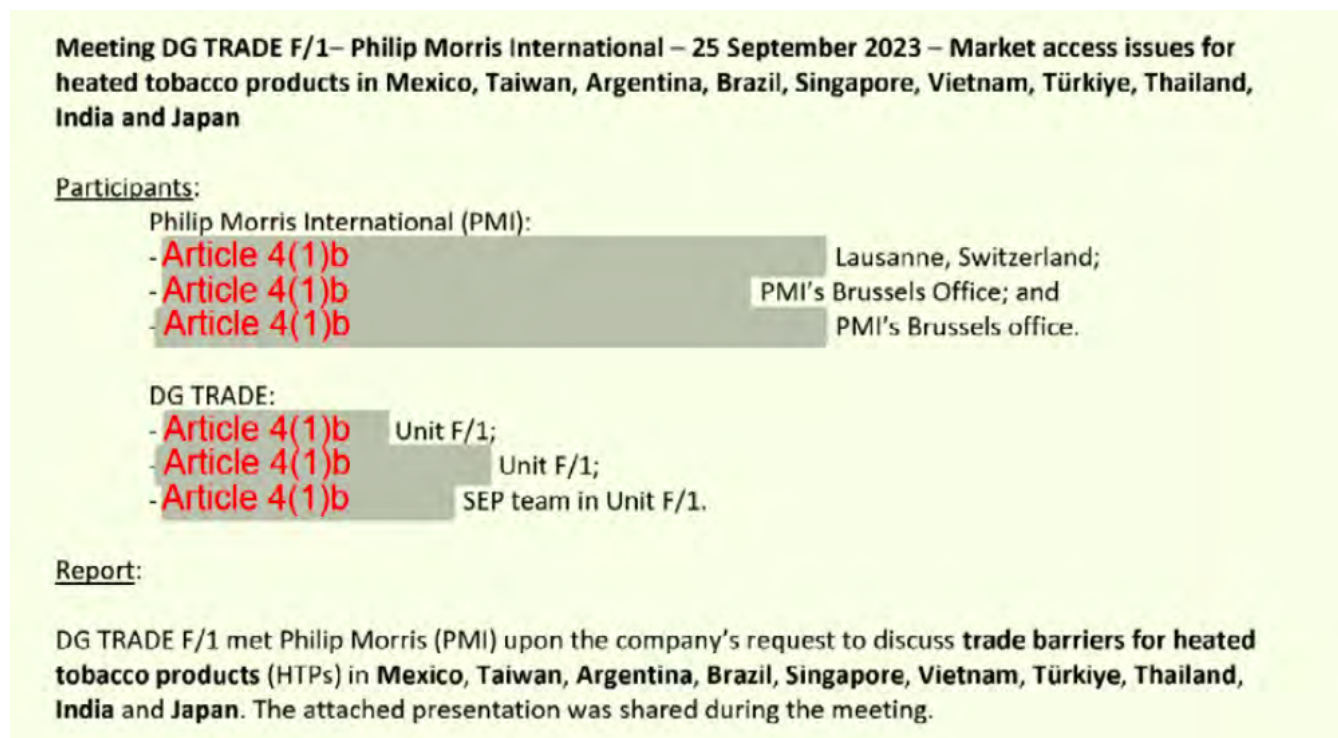
Apesar da proibição desses produtos no Brasil desde 2009, a PMI continua tratando o país como um mercado estratégico para produtos de tabaco aquecido.

Documentos analisados pela STOP e pela Contre-Feu

indicam que, após a decisão da Anvisa de manter a proibição dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), a empresa buscou internacionalizar o debate regulatório brasileiro.

Nesse contexto, a PMI acionou a Directorate-General for Trade (DG Trade, em português Direção-Geral para Comércio), órgão da Comissão Europeia responsável pela política comercial da União Europeia e pela condução de negociações internacionais. Segundo os registros^{4,5}, a empresa solicitou que as restrições brasileiras fossem tratadas como barreiras comerciais, alegando possível violação de acordos da Organização Mundial do Comércio.

Imagem 1. Exemplo de um documento referente a uma reunião ocorrida em setembro de 2023, entre a DG TRADE e a PMI.



Promessas de investimento em troca do enfraquecimento da política de saúde

Documentos obtidos via pedidos de acesso à informação⁶ revelam que, durante missão oficial ao Japão em 2025, o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) do Brasil reuniu-se com representantes da PMI. Na ocasião, a empresa manifestou interesse em instalar no Brasil uma unidade de fabricação de produtos de tabaco aquecido (da sigla no inglês heat tobacco products - HTP), condicionada à definição de um marco regulatório específico. O Secretário-Executivo teria afirmado que levaria o tema ao Ministro e ressaltado o potencial do país para se tornar polo regional de produção e exportação para a União Europeia⁷. Solicitou, ainda, informações adicionais inclusive sobre o modelo regulatório japonês e destacou que qualquer avanço dependeria de um plano concreto de investimentos, com instalação de fábrica e geração de empregos, além da construção de um marco regulatório que considerasse impactos econômicos, industriais e de saúde pública. Apesar da abertura desse canal de diálogo, não há registro posterior de desdobramentos ou novo contato formal por parte da empresa.

Documentos obtidos via Lei de Acesso à Informação junto ao MDIC⁸ permitiram identificar ao menos nove reuniões e interações entre autoridades do ministério e representantes da indústria do tabaco ou entidades associadas entre 2023 e 2025. Destas, pelo menos seis trataram diretamente de dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), produtos de tabaco aquecido ou propostas regulatórias relacionadas a esses produtos. Apesar de ser esperado que o ministério mantenha interlocução com diferentes setores econômicos, as reuniões identificadas levantam preocupações em relação à tentativa de interferência da indústria do tabaco em políticas públicas, pois nestas reuniões, representantes da indústria apresentaram argumentos voltados à flexibilização regulatória, promoção de produtos supostamente “de menor risco”, geração de empregos, arrecadação tributária e atração de investimentos, estratégias frequentemente utilizadas pelo setor para influenciar processos decisórios governamentais.

A última edição do relatório do Índice de Interferência da Indústria do Tabaco no Brasil⁹ expõe um padrão preocupante: a indústria do tabaco não apenas atua de forma agressiva no Brasil e no exterior, mas também se beneficia de lacunas na transparência e na fiscalização das políticas públicas. O registro de 27 reuniões entre o governo federal e representantes do setor entre 2023 e 2025 sem divulgação pública de seu conteúdo indica limitações nos mecanismos de transparência sobre interações dos representantes públicos com a indústria, em um tema com implicações diretas para a formulação de políticas de controle do tabaco.

Essas evidências reforçam a importância de fortalecer mecanismos de transparência e proteção contra a interferência da indústria do tabaco, em alinhamento com o Artigo 5.3 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Como Parte do Tratado, é recomendado que o Brasil limite as interações com a indústria e garanta total transparência sobre quaisquer interações que venham a ocorrer. Iniciativas recentes, como protocolos de interação com a indústria elaborados pela Conicq e orientações sobre interações durante COPs e MOPs, assim como pela Receita Federal¹⁰, representam avanços importantes, mas ainda demandam implementação consistente, monitoramento contínuo e maior publicidade institucional.

Endnotes

1. CONTRE-FEU; STOP. Behind Closed Doors: How the Tobacco Lobby Influences the European Union and Beyond. 2025. Disponível em: https://exposetobacco.org/wp-content/uploads/Behind_Closed_Doors_EN.pdf
2. ACT Promoção da Saúde. Índice de Interferência da Indústria do Tabaco no Brasil 2025. Rio de Janeiro: ACT Promoção da Saúde, 2025. Disponível em: <https://actbr.org.br/biblioteca/indice-de-interferencia-da-industria-do-tabaco-no-brasil-2025/>
3. Expose Tobacco. Tobacco Harm Reduction at COP10. Disponível em: <https://exposetobacco.org/wp-content/uploads/tobacco-harm-reduction-cop10.pdf>. Acesso em: 20 maio 2026.
4. PHILIP MORRIS INTERNATIONAL. Meeting report Philip Morris DG TRADE – market access issues. UCSF Industry Documents Library, documento qhfp0403. Disponível em: UCSF Industry Documents Library. Acesso em: 18 maio 2026.
5. PHILIP MORRIS INTERNATIONAL. Meeting report Philip Morris DG TRADE – market access issues for heated tobacco products. UCSF Industry Documents Library, documento gxfp0403. Disponível em: UCSF Industry Documents Library. Acesso em: 18 maio 2026.
6. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Resposta ao pedido de acesso à informação NUP 52016.002862/2025-68, obtida via Lei de Acesso à Informação. Plataforma Fala.BR/CGU. Disponível em: Busca LAI CGU. Acesso em: 18 maio 2026
7. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Resposta ao pedido de acesso à informação NUP 52016.002862/2025-68, obtida via Lei de Acesso à Informação. Plataforma Fala.BR/CGU. Disponível em: Busca LAI CGU. Acesso em: 18 maio 2026
8. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Resposta ao pedido de acesso à informação NUP 52016.002862/2025-68, obtida via Lei de Acesso à Informação. Plataforma Fala.BR/CGU. Disponível em: Busca LAI CGU. Acesso em: 18 maio 2026
9. ACT Promoção da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Global Center for Good Governance in Tobacco Control. Índice de Interferência da Indústria do Tabaco Brasil 2025. Rio de Janeiro: ACT Promoção da Saúde, 2025. Disponível em: <https://actbr.org.br/biblioteca/indice-de-interferencia-da-industria-do-tabaco-no-brasil-2025/>
10. BRASIL. Receita Federal do Brasil. Tratar assuntos institucionais do setor do tabaco junto à Receita Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/tratar-assuntos-do-setor-do-tabaco>



About STOP (Stopping Tobacco Organizations and Products)

STOP is a global tobacco industry watchdog whose mission is to expose the tobacco industry tactics that undermine public health. Comprised of a network of academic and public health organizations, STOP researches and monitors the tobacco industry, shares intelligence to counter its tactics, and exposes its misdeeds to a global audience. STOP is funded by Bloomberg Philanthropies as part of the Bloomberg Initiative to Reduce Tobacco Use. For more information, visit exposetobacco.org.



About ACT Promoção da Saúde

Atuamos na promoção e na defesa de políticas de saúde pública, especialmente nas áreas de controle do tabaco, alimentação saudável, controle do álcool e promoção da atividade física. Esse trabalho é realizado por meio de ações de advocacy, que incluem incidência política, comunicação, mobilização, formação de redes e produção de conhecimento, entre outras. Para mais informações, visite actbr.org.br.